



## PEDRO CALMON: COM LUGAR NA HISTÓRIA, SEM LUGAR NA HISTORIOGRAFIA

ALESSON RAMON ROTA\*

### Introdução

Pedro Calmon foi um intelectual brasileiro com intensa atuação no século XX e, apesar de ser pouco estudado, teve notório prestígio político durante sua vida, seja na ocupação de cargos elevados ou nos bastidores. Publicou vários livros de literatura, direito e história. Seu nome aparece vinculado à diversas instituições nacionais e internacionais, como o IHGB (1926), a ABL (1936), a Academia Portuguesa de História (1938), e a Universidade do Brasil (1947), onde foi reitor. Sua primeira publicação de repercussão nacional foi *História da Civilização Brasileira* (1932), livro confeccionado a partir das aulas ministradas no Museu Histórico Nacional. Nessa obra, já é possível notar discussões referentes à mesologia e à noção de “democracia racial”. Em 1935, Calmon publicou *História Social do Brasil*, que tinha como objetivo incrementar *História da Civilização*, discorrendo para além da “essência” da formação colonial do país, avançando em direção ao Império e a República. A partir de 1935, praticamente todos os prefácios dos livros de história de Calmon trazem algumas reflexões sobre a história, principalmente no que tange à estética. O autor apresenta os livros como enredos que vem por superar a antiga “história cronológica e onomástica”. Para ele, a história deve possibilitar ao leitor construir pinturas mentalmente onde seria possível vislumbrar os acontecimentos do passado.

Para construir essa história, defende-se a prática de síntese: uma narrativa que balanceie a crítica dos fatos e das fontes, levando em consideração tudo que já foi escrito sobre um determinado tema. Dentre suas referências parecem Ranke, Coulanges, Aron, Henri Berr, Febvre e outros, mas não se pode vincular seu pensamento única e exclusivamente a um debate internacional. Na verdade, quando Calmon discute miscigenação, mesologia ou a estética do texto, ele está intimamente ligado a um debate comum da historiografia brasileira da época. Com exceção da estética, todos os outros temas citados aparecem com frequência

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande, com período sanduíche na Universidade de Coimbra. Mestrando em História Cultural pela Unicamp com bolsa Cnpq.



em Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Oliveira Lima e outros interpretes mais conhecidos. Ao que parece, Calmon é um dos construtores dessas interpretações cujo contexto possuía uma linguagem comum e para empreender essa hipótese analisarei os dois primeiros volumes de *História Social do Brasil, O espírito da Colônia (1935) e o Espírito Imperial (1937)*.

\*\*\*

Dentre alguns escritos sobre Calmon, as interpretações de José Carlos Reis e Arno Wehling valem ser destacadas pelo cunho historiográfico. Reis classificou Calmon como herderiano devido certo teor organicista da narrativa, onde haveria um germe identitário a ser desenvolvido ao longo da história do país. Em sua análise de *História da Civilização Brasileira (1932)* é destacado o caráter romântico e cristão da civilização, por aliviar as tensões e ver na moralidade cristã uma alternativa. (REIS, 2006: 33-54) Wehling procurou associar Calmon à tradição de Varnhagen e Rank no que tange à história científica, ao fato documental, e à memória histórica. Nessa perspectiva, Wehling traça um distanciamento entre o que faz o autor analisado e ao movimento ensaísta e sociológico:

*A tradição hermenêutica, inaugurada por Varnhagen e que correspondeu, no Brasil, à perspectiva historista dos estudos históricos, distinta da perspectiva da natureza sociológica que inspiraria outra tradição intelectual, como a representada por Capistrano de Abreu. Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda. Nela, estado e nação eram os principais sujeitos da história, os atos e relações políticas seus objetos privilegiados e documentos singulares o instrumento de trabalho, o julgamento era uma de suas grandes finalidades. (WEHLING, 1999:612)*

Salta aos olhos tal proposição porque Calmon parece compartilhar de um vocábulo comum com outros interpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Para demonstrar esse argumento, analisarei aqui dois volumes de *História Social do Brasil, O Espírito Colonial e Espírito Imperial*. O último volume, *Espírito da República (1939)* foi excluído por possuir uma construção metodológica consideravelmente diferente dos dois primeiros livros, não havendo espaço aqui para analisá-lo, mas esse recorte não implica perdas no argumento, porque no momento me deterei às características comuns de Calmon com outros interpretes.

A obra *História do Brasil – Espírito Colonial* foi publicada em 1935 e trata-se de uma versão complementar de *História da Civilização Brasileira*, de 1932, segundo o próprio autor. (CALMON, 2000: 191) Aparentemente a obra fez sucesso, ganhando uma nova edição no mesmo ano, com gravuras e imagens. Provavelmente foi avaliada pela Comissão Nacional do Livro Didático e utilizada nos liceus, a exemplo de outros livros autorizados pelo Ministério da Educação e Saúde, como *História do Brasil (1937)*, do mesmo autor.

A introdução de *História Social do Brasil* traz nas primeiras páginas a proposta de um livro sem as epitomes cronológicas, sem a narrativa factual, sem caráter biográfico ou aquilo que a primeira geração dos Annales chamou de *histoire événementielle*. O livro é apresentado com a proposta de mostrar como se formou nos três primeiros séculos um povo, uma família e uma nação inconfundível aos olhos que quem lê. Trata-se do reconhecimento de uma identidade nacional. Em tudo isso o autor não decepcionou quem comprou o livro pelo prefácio, ainda que as primeiras páginas sejam mais ufanistas do que o miolo. São inúmeros os temas abordados e surpreende a cotidianidade da narrativa: descreve-se as vestes, as comidas, os hábitos, as migrações, as paisagens, os povos e suas mesclas e outros assuntos.

Há de se perguntar o porquê da cotidianidade na história Pedro Calmon, por que ele foge da história política tradicional e por que propõe a história social? Mesmo sem ter uma resposta clara é possível postular algumas alternativas: ele lia diretamente ou por correspondência alguns autores do romancismo alemão; o autor estava inserido num debate sobre “o que é o país” e herdou as linguagens dos movimentos naturalistas e pré-modernistas; e por último, o fato das fontes de pesquisa serem compostas em sua maioria por relatos de viajantes, que elaboraram seus textos para diários ou correspondências, a dar detalhes do que seus sentidos percebiam. Vide a seguinte passagem:

*Na rua, embiocava-se a rapariga como uma romana gabada por Tertuliano. Elogiou-lhe Bluteau a modéstia: "que por todo o ouro do Peru não permitiriam algumas delas (portuguesas), que lhes vissem a extremidade do calçado..." (69) Escreveu Montesquieu: "Permitem que as mulheres saiam à rua com os peitos descobertos, mas não querem que mostrem o calcanhar, ou que descubram a ponta do pé".(CALMON, 1935:70)*

Perceba que Calmon cita duas referências discrepantes sem grandes explicações, atitude que dá o que pensar em relação aos métodos, à pretensa passividade que seu texto demonstra. Mais curioso, é o retorno da temática feminina para introduzir outros assuntos coloniais. A ostentação da elite colonial, considerada muito mais extravagante que a portuguesa, expressava-se principalmente nas vestes. As famílias mantinham roupas de gala por gerações para utilizar nas ocasiões festivas: não havia riqueza suficiente para adquirir

novas, tampouco sentido em desfazê-las. “O luxo era exterior, para o público, nas festas que arruinavam a gente de meia fortuna. Então o exagero contrastava com a indignação, a ostentação com a miséria”. (CALMON, 1935:52) O contraste não se limitava aos bolsões de pobreza com as famílias abastadas, porque talvez uma família que aparentava ser rica poderia ter o interior da casa miserável. Calmon condiciona que tais características eram comuns em mestiços que buscavam ascensão. Nem os negros escapavam da realidade colonial, quando tinham a oportunidade de ostentar, faziam igual Chica da Silva, ilustra o autor.

Da ostentação passa-se à arquitetura – “O clima faz a casa. O meio – ajudado da experiência colonial do europeu”. (CALMON, 1935:54) Os primeiros modelos de construção são fortificações porque o meio exigiu, porque o índio era perigoso, porque o chão agreste, quase como uma resposta à biologia do planeta. Mas, apesar do tom mesológico, em outros momentos de livro há a relativização do meio, principalmente quando o autor quer dar mais ênfase ao “espírito”. O exemplo de fortificação é Casa da Torre na Bahia, mas também são reconhecidas construções no Rio de Janeiro. Estes dois estados estão entre os mais citados do livro e num terceiro plano São Paulo e Minas Gerais.

Na transição entre os séculos XVI e XVII a casa grande substitui a fortificação. Era um elemento arquitetônico singular por juntar elementos asiáticos, árabes acrescidos das experiências portuguesas no Brasil. A Casa-grande fora uma criação apenas do nosso território, uma das circunstâncias que gestou a identidade. É notável a proximidade deste raciocínio com Gilberto Freyre e Oliveira Viana principalmente nos vocábulos “influência”, “mestiço”, “miscigenação”, “meio” e “clima” – pensar deles serem poucos referenciados.

*Nas terras férteis do litoral, ao pé do edifício maciço, a capela e as senzalas desdobraram os telhados chatos, enquadrando o terreiro. A pequena povoação negra cresceu sob a proteção daquela varanda: trocavam-se as influências, que transformavam a sociedade colonial, o seu espírito, e as suas raças. Aí, era tudo mestiço. O trabalhador, a maneira de viver, a estética que se lhe adaptava, a sua mística, a sua economia, a sua alma. À miscigenação geral damos o nome de elaboração brasileira. Produzia-o o meio, à ação do clima tropical, do trabalho fixador, da escravidão – principal responsável por todas aquelas coisas: a casa-grande, o seu feitio, a sua preponderância, o seu corolário étnico, o "espírito colonial" em suma. (CALMON, 1935:58)*

Calmon categoriza um tipo de Casa-grande para casa século. No primeiro a arquitetura era pobre com no máximo uma varanda; no segundo fora o auge: solares, escadas e pátio; no terceiro a decadência pois a arquitetura cedera aos traços chineses e franceses. A pior das qualidades arquitetônicas era a indígena por ser considerada rudimentar, embora fosse utilizada em praticamente todas as casas, principalmente para compor telhados. O autor

argumenta que as construções feitas em cipó trançado – a urupema – favoreciam a humidade e doenças, mas, contraditoriamente, elogia os indígenas por legarem o banho à nossa tradição.

Do exterior para o interior: os jantares passam a fazer pauta do livro, não simplesmente por hábitos alimentares que são tratados detalhadamente, com a pretensa origens dos pratos e mescla culinária, rica o suficiente para criar uma elite sedentária e preguiçosa, mas porque “o patriarcado do fazendeiro exercia-se principalmente á volta da mesa enorme. A politica dos jantares — e mesmo das iguarias — tornou-se, naturalmente, correlativa das agitações locais. A mesa unia — e dividia. Consagrou o nacionalismo ou cimentou a dominação”. (CALMON, 1935:65) Calmon subscreve que era no interior das casas que se decidia toda a esfera pública, foi a partir do privado que se desenhou o interesse coletivo. Graças a “dominação” houve um centro de poder para dar as condições necessária para gestar o nacionalismo.

A vida considerada preguiçosa não foi predominante em toda a colônia, era mais propensa aos engenhos:

*Onde os hábitos foram frugais, a moralidade rigorosa, os exercícios físicos frequentes — no sertão, longe dos núcleos negroides — a vitalidade do homem, a sua longevidade, a esbelteza do seu corpo, a pureza dos traços raciais o fizeram muito diverso do litorâneo gastrônomo e parado. A influência era menos do clima e da região econômica, que da escravidão e da mulher educada na senzala. (CALMON, 1935:67)*

Por incrível que pareça Calmon culpabilizou a culinária afro pelo sobrepeso da elite. A questão racial se sobrepõe à mesológica, é o espírito da raça que foi determinante. O autor saiu de um tipo de determinismo para cair em outro. Apesar do elemento indígena ser criticado no que se refere a arquitetura, agora ele ganha adjetivos positivos na trama da história social, porque é do sêmen indígena que nasce o mameluco semi-nômade, capaz de cortar o Brasil e constituir novos territórios. Do mesmo elemento étnico provem a casa supostamente improvisada, como também a rede de dormir, que melhorou o sono colonial.<sup>†</sup>

*A História da Social do Brasil, Espírito Imperial (1937)* é construída com estrutura parecida a do volume antecessor no que tange à cotidianidade e ao uso dos viajantes como fontes. Mas, aqui há uma inversão: se no primeiro livro o índio é mais valorizado, no segundo

---

<sup>†</sup> “A essa civilização superposta podemos chamar de mamaluca. Continua, perpetua o aborígene. Ele desapareceu, caçado pelos colonos; porém, subsiste, na realidade social dos vencedores, absorvido por estes, revivido no seu mimetismo, conciente ou hereditário. A sociedade colonial divide-se em duas camadas: a da rede — que é a mamaluca — e a da cama — que é a liforanea”. (CALMON, 1935:69). A citação é importante para demonstrar como o autor entende o mimetismo, como uma etnia que engendra outra, mas sem dissolvê-las totalmente no interior do sujeito.

“Também o negro foi um civilizador”. Calmon desenvolveu um pequeno esboço do pensamento da época que ele considerou predominante. Fala-se de uma revolução emotiva desencadeada entre os anos de 1822 e 1831 que se propaga “numa ressonância estética de maravilhosos efeitos patrióticos” (CALMON, 1937:19) por todo século XIX. Esse movimento é visto como uma reação dos intelectuais por conta das decepções vividas: “O indianismo foi uma exterioridade pitoresca da paixão brasileira. Comum à América, no Brasil devia ser sobretudo artificial. Nem o índio fora o maior fator da nossa formação, nem nos herdara”. (CALMON, 1937:19) O autor tenta provar que há inúmeros exageros dos românticos nas suas fundamentações identitárias. Para isso, afirma que os índios foram exterminados ou mestiçados, destruindo qualquer possibilidade de *tipificação brasileira* a partir desse elemento, e a principal seria a inexistência do idioma tupi como uma língua geral. O uso de nomes indígenas para nomear coisas mundanas, como ruas e cidades, ou o uso de artefatos materiais no cotidiano, como um chocalho, seriam construções recentes, nessa ótica.

Sem entrar no mérito de problematizar o que há de indígena na cultura brasileira ou quais os tipos de tribos que existem atualmente pelo país, a questão indianista em Calmon revela sua relação dúbia com o romantismo: ao mesmo tempo que o autor fala da importância dos sentimentos, de elaborações de caráter empático para entender a história e perceber que os próprios acontecimentos se fazem também de afetos, não exclusivamente guiados pela razão, ele critica a distorção que os românticos fazem em suas interpretações. Esse romantismo do primeiro quarto de século, divulgado em gazetas como *O Republico*, seria equivocada a ponto de criticar o uso da língua portuguesa por esta pertencer a antiga metrópole. (CALMON, 1937:21) Contraditório a ponto de fincar as raízes identitárias em solos indígenas mas com irrigação europeia: “Desenvolveu-se, paralelamente á guerra ao passado, a imitação irrestrita de Paris.”. (CALMON, 1937:22)

Em suma, os tais românticos abandonaram Coimbra para povoar a Sorbonne. Na mentalidade dos grandes produtores do século XIX a “viagem realizava o prodígio de converter prontamente o homem tropical em tributário passivo da civilização exótica.”, (CALMON, 1937:22) Estudar na França, consumir seus vinhos e queijos fora a obsessão das famílias abastadas que Calmon observa como desperdício quando concorda com Paulo Prado – “nesta terra, em que quasi tudo dá, importamos tudo”. (CALMON, 1937:22) Através das experiências dos viajantes Mary Grant, Itier, Vitor Jacquemont, Biard, Le Vayer, é mostrado como o país tinha repugnância à elementos estrangeiros, mas ao mesmo tempo foi o maior importador da *Revue des deux Mondes*, durante o Império. As contradições são levantadas

para criticar o romantismo, mas esse pensamento filosófico seria apenas um sintoma de algo mais profundo:

*Pode-se dizer, era uma atitude mística (prevenção contra o homem de outro credo), política (lembrança do conquistador) e econômica (ódio ao especulador), que tem a idade do nosso povo. A reação mais forte contra franceses e holandeses na colônia, contra os portugueses e os ingleses no Império, proviera daquela incompatibilidade primitiva, do egoísmo luso-brasileiro (à moda paulista ou pernambucana), defendendo-se do alienígena ("emboabas" e "marinheiros"). A continuidade dessa paixão projeta o "jacobinismo" (intolerância xenófoba), sobre todo o século XIX, até bem perto de nós. (CALMON, 1937:25)*

Haveria um espírito com a idade do nosso povo sempre presente em movimentos históricos. Os humanos agiriam de maneira semelhante em diversos contextos por conta de suas memórias, como se tivessem vivido outros tempos. Tal raciocínio de Calmon é importante por estar alinhado com a percepção de continuidade do tempo, mas não é dos assuntos mais frequentes no livro. Tanto em *Espírito Colonial*, como *Espírito Imperial*, a noção de espírito é perceptível somente nas *bordas* do livro, para utilizar uma expressão de Michel de Certeau. (CERTEAU, 1982: 109) Esse espírito estaria na raiz da explicação do porque não se contratou o trabalho assalariado, em detrimento da escravidão, e porquê da noite das garrafadas (1831), o tumulto de Rio Pardo, a Rusga, em Mato Grosso (1834), a Cabanagem, no Pará (1836), revolta da Praia (1848). Na essência, tudo não passaria dum conflito entre os internos e os alienígenas.

Calmon trata o negro como um civilizador pois o “escravo dá à sociedade brasileira, no século XIX, esse cunho original, inconfundível, que lhe divisaram os viajantes estrangeiros, entre encantados - pela elegância mole e farta dos costumes - e pessimistas”. (CALMON, 1937:91) A escravidão como elemento formador da identidade nacional, a engendrar costumes e preconceitos (CALMON, 1937:93) já podia ser vislumbrada no Volume 1 da série, mas agora há a novidade: “A’ proporção que se combate, e restringe, até a supressão final, a escravidão, as suas consequências [...] impelem o país para os caminhos civilizados”. (CALMON, 1937:91) A abolição é um assunto do império que não é do interesse de Calmon desviar, pelo contrário, a superação dela colocaria o Brasil na rota europeia, com mais profissões liberais, faculdades, trabalho livre etc.

Desde o início do livro o autor tentou desassociar as estruturas da colônia das do império, principalmente no que tange a administração. Contudo, Calmon como um arguidor a favor das continuidades pondera inúmeras hábitos negativos herdados da colônia. Uma delas é a tradição entre proprietários de terra que abandonavam as esposas para ficar com negras. (CALMON, 1937:95) Da colônia também provem o péssimo hábito da mulher enclausurada,

proibida de frequentar o ambiente público, embora isso não seja característica única e exclusiva daqui: “A esposa de um fazendeiro norte-americano, da Virgínia, dizia tristemente a um viajante: ‘sou escrava em chefe de um harem...’”. (CALMON, 1937:96) O mandonismo local exercido por um patriarca – ou também chamado de coronel/caudilho por Calmon – não era uma característica exclusiva do Brasil.

A partir da temática da escravidão são traçados inúmeros paralelos com os Estados Unidos. Koster é utilizado para afirmar a suposta branda escravidão brasileira. (CALMON, 1937:95) Citando Agassiz, Burmeister e o historiador alemão brasilialista Handelmann, Calmon destaca a capacidade dos escravos em aprender leitura/música e a inexistência dum “contraste de raças”. A escravidão não é tratada de maneira uniforme, pois há diferenciação cultural entre os povos da África com “consequências antropológicas e sociais” no Brasil. A começar pela própria captura, que era feita por africanos aristocráticos. (CALMON, 1937:99) As diferenças etnográficas da África repercutem no mercado de escravos: há aqueles para agricultura, para construção, marcenaria, enfim variava o ofício. Calmon traz Armitage para descrever “a indústria das escravas, fiscalizada pela senhora branca, [que] fazia uma silenciosa concorrência á manufatura estrangeira”.

É provável que Armitage estivesse criticando o aspecto autônomo das grandes propriedades com interesses comerciais e por algumas vezes, quando Calmon fala em feudalismo, pareça estar concordando com tais afirmações. Mas, independentemente da confirmação dessa hipótese, o autor se mostra crítico das atitudes inglesas, principalmente no que tange a escravidão. O fato da Inglaterra não participar do comércio de escravos e por sua vez os proibir fez com que a Austrália adotasse imediatamente o trabalho livre, sem nenhum ensinamento prévio. Contudo, enquanto lá muitos trabalhadores eram servos que recebiam como pagamento apenas casa e comida, no Brasil o escravo tinha morada, religião, vestuário, boa alimentação e, sobretudo, a possibilidade de conquistar a liberdade através do trabalho, conforme previa John Locke (CALMON, 1937:106):

*Conservara-se por toda parte o costume brasileiro de dar ao cativo um dia da semana para o seu próprio trabalho de roça, sempre os sábados, que lhe facultava a economia individual e a preparação para a vida livre. A propriedade particular do escravo (outra condição de sua personalidade assim reconhecida) "embora não seja garantida pela lei, é protegida pelos costumes contra qualquer usurpação do seu senhor. (MARSON, 2013: 23)*

Eis aqui uma passagem clara onde o liberalismo é utilizado para defender a escravidão como um processo de aprendizagem para a civilização.



\*\*\*

Voltemos ao início, onde Reis e Wehling descreviam Calmon como herderiano e historista. Em partes, Reis tem razão em ver elementos herderianos em Calmon, por conta de um espírito essencialista que seria o motor presente em toda a história, contudo, isso é apenas uma pequena parte de inúmeros pontos fulcrais apresentados por mim num breve recorte de *História Social do Brasil*, a começar que o livro está alicerçado num debate brasileiro sobre as origens da nossa identidade, cujo início se dá com viajantes, passa para a literatura e chega aos ensaístas. Perceber esse ambiente contextual que Calmon está inserido refuta a ideia de Wehling que Calmon não pertence ao ramo sociológico de Capistrano. Na verdade, apesar de citar diversas vezes Varnhagen, Calmon o critica pela demasiada exaltação do elemento indígena, enquanto elogia Capistrano pela retomada das contribuições jesuíticas na formação colonial.

Em outro diapasão, pode-se perceber a aproximação de Calmon com Vianna nas teses mesológicas e Freire na etnologia cultural. O meio geográfico é o elemento determinante da cultura, portanto, a genética não faz de uma raça superior ou inferior a outra, no olhar de Calmon, mas sim as condições em que se vive. Apesar de eu aproximar Calmon de outros interpretes é preciso ressaltar que existem diferenças, por exemplo, enquanto Sérgio Buarque foi crítico do bacharelismo, Calmon dizia que os bacharéis, graduados, que sabem ler e escrever, nunca seriam um problema para a sociedade. Quando eu cotejo Calmon com outros interpretes busco evidenciar que todos eles fizeram parte do mesmo contexto linguístico onde havia certo compartilhamento de ideias, sejam consonantes ou dissonantes.

As temáticas de *Espírito Colonial e Espírito Imperial* estão em partes de acordo com o que o IHGB produziu na década de 1930. Dos 15 volumes publicados nessa década há um volume dedicada a história das mulheres, um para vestimentas, um para chafariz e outro para arte religião e convento; todos são assuntos abordados nas duas obras. Ao que parece, dentro da instituição de escrita da história que era IHGB, haviam diversas vertentes em disputa de espaço, onde as mais conhecidas hoje são a da história factual e da história religiosa, (HRUBY, 2009:63) sendo que o autor aqui estudado pertenceu a uma vertente mais culturalista, sociológica e ensaística, ainda hoje pouco estudada, assim como o próprio. Por isso Pedro Calmon possui um lugar na história, mas não na historiografia, a revisão de um estudo detalhado sobre ele e seus pares ainda está por ser feita.

## Bibliografia

- CALMON, Pedro. **História da Bahia, Resumo Didactico**. 2º ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1929.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial**. São Paulo. Companhia editora nacional, 1935.
- CALMON, Pedro. **Pequena História da civilização brasileira, para escola primária**. 2º ed. São Paulo. Companhia da Editora Nacional, 1936.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil**. São Paulo. Companhia editora nacional, 1935.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial**. 2º ed. São Paulo. Companhia editora nacional, 1937.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil, Espírito da Sociedade Imperial**. São Paulo. Companhia editora nacional, 1937.
- CALMON, Pedro. **História social do Brasil, A Época Republicana**. São Paulo. Companhia editora nacional, 1939.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil, As origens. (1500-1600)**. São Paulo. Companhia da editora nacional, 1939.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil, A formação. (1500-1600)**. São Paulo. Companhia da editora nacional, 1941.
- CALMON, Pedro. **Memória**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.
- CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. 5º ed. São Paulo, Companhia editora nacional, 1945.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982
- HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). **História da Historiografia**. Número 02. Março, 2009.
- MARSON, Izabel Andrade; DE SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena (Org.). **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil, 1780-1860**. EDUSP, 2013. p.23.
- REIS, José Carlos. Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. IN: **As identidade do Brasil – de Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. p. 33-84.
- WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. IN: **RIHGB**, Rio de Janeiro, 147 (351): 353-361, jul/set, 1999.